



Assembleia de Freguesia de Oiã

Quadriénio 2013-2017

ATA NÚMERO DEZASSEIS

Aos 29 dias do mês de Dezembro de dois mil e dezasseis, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia da Freguesia de Oiã, nos termos do Regimento em vigor, para a realização de uma Assembleia Ordinária, conforme convocatória oportunamente enviada. -----

O presidente da mesa declarou aberta a sessão, e depois de cumprimentar os membros da assembleia, do executivo e o público presente, verificou a existência de quórum, informando a substituição dos seguintes membros: Srº Sérgio Lopes substituído pelo Srº Valter Matos e Sra. Ana Paula Mendonça substituída pelo Sr. Arlindo Pereira. O presidente da mesa referiu que todas as ausências lhe foram previamente comunicadas e que todos os elementos substitutos foram formalmente convocados. -----

Antes de iniciar a ordem de trabalhos, o Presidente da mesa desejou votos de sucesso ao Presidente do Executivo nas suas novas funções enquanto membro do Conselho Geral da ANAFRE, lugar em que tomou posse no passado dia 09 de Dezembro. -----

Dando continuidade à ordem de trabalhos, o presidente da assembleia colocou em apreciação a ata da última assembleia. Não tendo havido intervenções, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria, com as abstenções dos Senhores Sérgio Lopes e Armindo Silva, por não terem estado presentes na sessão em relato, ratificando assim ato já assumido na anterior sessão. -----

O Presidente da Assembleia deu início à ordem de trabalhos constante na convocatória, começando pelo ponto um de antes da ordem do dia, relativo à leitura e aprovação da ata da sessão anterior. Tendo a ata sido colocada a discussão e não havendo intervenções, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores Amílcar Pereira e Arlindo Pereira, por não terem estado presentes na reunião em relato. -----

Passou-se depois ao ponto número dois de antes da ordem do dia, relativo à atividade da Junta de Freguesia no período de 05-10-2016 a 12-12-2016, tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para a sua apresentação. O Sr. Presidente do Executivo, depois de cumprimentar todos os presentes, desejando que tivessem tido um Bom Natal, referiu pouco mais ter acrescentado ao relatório entregue, para além de referir que as obras na piscina do Parque do Vieiro já tinham terminado naquele exato dia, não constando do relatório apresentado por, na data em que o mesmo foi feito, não se antever os desenvolvimentos. Mais informou que a piscina está de novo cheia, tendo sido retificados uma série de problemas, para além das infiltrações, com a colocação da tela em toda a superfície, tapando a pastilha já bastante deteriorada e até perigosa que ali se encontrava, iluminação LED subaquática, que sendo ligada, preferencialmente nas noites de verão e fins de semana, dará ao local um aspeto diferente e bonito. Também se referiu à colocação de novos *Skimmers*, permitindo agora que o nível de água não ultrapasse a própria piscina, evitando desta forma o transbordo para passeio lateral, desta forma melhor o preservando e permitindo circulação em melhor segurança, bem como à instalação de nova tubagem na casa das máquinas e completa substituição dos filtros de areia, que já não eram substituídos há mais de 12 anos. Terminou este assunto dizendo que foi grande a despesa ali realizada, mas que nestas novas condições a piscina poderia ser usada em condições de conforto e segurança, e mesmo com menor custo de exploração nos próximos anos. Mais se referiu às obras realizadas no caminho das Belas Artes para o Rêgo, sobretudo na valeta esquerda para quem desce e até à vala fureira ali existente, que estavam em completa degradação e perigo, colocando tubagem recolectora de águas, caixas e sarjetas, e ainda, nalguma extensão, cimentando a valeta superior desde o final das Belas artes até ao armazém abaixo existente, procurando evitar a degradação que ali ocorre pela elevada circulação de água em tempos chuvosos, tudo numa extensão de cerca de 130 metros. Fê-lo com a consciência de ser obra da competência da Câmara, mas com a concordância desta, e nesse sentido em parceria, tendo a CMOB fornecido os materiais e a Junta contribuído com o trabalho, a bem da Freguesia. Disse ainda terem havido atrasos no arranjo da Fonte Velha de Malhapão, por indisponibilidade pessoal do trabalhador ali alocado, mas estando já colocado a maior parte do azulejo e subidas as duas bicas de água que sofrerão forte recuperação. Por lá ter estado presente várias vezes, disse ter-se apercebido que as pessoas vão ali buscar água para consumo, não estando a mesma a ser acompanhada, pela via da análise de águas periodicamente feita noutros sítios, razão porque alertou aquelas pessoas, bem como a população em geral, para o não fazerem, pelo menos enquanto não fossem conhecidos os resultados, e se os parâmetros fossem bons, que a Junta passaria a fazer e a informar. -----

Não se tendo verificado outras intervenções, deu-se início ao período da ordem do dia, conforme convocatória, tendo o Sr. Presidente da Mesa colocado em discussão o primeiro

ponto, relativo à apresentação, apreciação e votação de Voto de Louvor ao Executivo, proposto pelo Sr. Armindo Silva na última reunião daquela Assembleia. Não estando presente o Sr. Armindo Silva para a defesa da sua proposta, pelas razões de todos conhecidas, o Presidente da Mesa disse que a Assembleia se deveria pronunciar função da documentação que foi entregue e das explicações dadas anteriormente pelo Sr. Armindo Silva, tendo para isso passado a palavra para quem pretendesse intervir. O Senhor Amílcar Pereira, depois de cumprimentar todos os presentes, da Mesa, do Executivo, restantes colegas de Assembleia e público presente, disse ser seu entendimento, face à documentação entregue, a qual teve oportunidade de ler com cuidado, que o referido Voto de Louvor nada mais Lhe parecia que um conjunto de opiniões pessoais, aparentemente refletindo um estado de alma, circunstancial, do Sr. Armindo Silva, também refletido no seu abandono da vida política, comunicado pelo mesmo documento, decisão que, disse ainda, sendo embora pessoal, mas porque nutrindo forte amizade pelo Sr. Armindo Silva, Lhe pareceu bem tomada. Terminou dizendo que se a pretensão fosse de avançar com o Voto de Louvor ali em causa, a sua posição e a da bancada do PSD seria contra, considerando mesmo que o próprio Executivo não se deveria sentir muito confortável com tal proposta. -----

O Sr. Presidente da Mesa aproveitou para relembrar a Assembleia que na altura em que o Sr. Armindo Silva apresentou a referida proposta, como uma forte vontade pessoal, o questionou, procurando esclarecer se a sua vontade se cingia àquela manifestação expressa, ou se pretendia efetivamente formalizar um Voto de Louvor, tendo ele decidido avançar com a formalização daquele Voto, nas condições em que o mesmo ali se encontra. -----

Também o Sr. Alexandre Oliveira pretendeu usar da palavra e, após cumprimentar todos os presentes, começou por dizer que se recordava da situação referida pelo Sr. Presidente da Mesa, tendo ficado com a ideia que o próprio Sr. Armindo Silva se surpreendeu com a questão que lhe foi colocada, à qual reagiu dizendo pretender formalizar tal Voto, levantando-se apenas a partir daí a questão em discussão. Sobre o Voto de Louvor propriamente dito, o Sr. Alexandre Oliveira disse que a seu ver o mesmo é dirigido à Festa da Flor, dando os parabéns ao Executivo pela sua realização, parabéns esses já também dados por si e por todos os elementos daquela Assembleia, em tempo próprio, pela organização e resultados conseguidos. Ressalvou, no entanto, que se o Voto de Louvor dirigido ao Sr. Presidente da Junta e restante Executivo é apenas pela realização da Festa da Flor, para um Executivo com cerca de dois anos e meio de vigência, Lhe parecia muito curto, e continuou dizendo também parecer-Lhe que um Voto de Louvor a um Executivo proposto por um seu elemento, ou recém ex-elemento, parecer-Lhe ser um Voto em causa própria, e portanto desajustado. -----

O Sr. Rui Barroco solicitou intervenção e, depois de cumprimentar a Mesa, o Executivo, restantes colegas de Assembleia e o público presente, disse concordar com a maioria das

opiniões já expressas, mas acentuou parecer-Lhe nunca ser demais, nem desmedido, dar mais força à Festa da Flor, a qual obteve também grande ajuda da Câmara Municipal. Disse ter ficado confuso relativamente ao sentido do Voto de Louvor proposto, não tendo para si ficado claro se o sentido seria direcionado para o Executivo pela realização da Festa da Flor, se pelo contrário diretamente dirigido à Festa da Flor, afirmando que iria votar o Louvor favoravelmente, por entender que se deve dar força à Festa da Flor, que muito dignifica Oiã. -----

Não havendo outras intervenções, foi o Voo de Louvor colocado a votação, tendo o mesmo obtido o voto favorável do Sr. Rui Barroco, o voto contra de toda a bancada do PSD e a abstenção de toda a bancada do CDS-PP. -----

Nesta sequência foi pedida a palavra pelo Sr. Carlos Areias, que apresentou uma declaração de voto em nome da bancada do CDS-PP, lida em voz alta na própria Assembleia, e que passa a fazer parte integrante da presente ata, justificando assim a posição de voto seguida por aquela bancada. Também o Sr. Amílcar Pereira disse pretender apresentar uma declaração e voto em nome da bancada do PSD, referindo que a posição assumida não foi contra a organização, nem contra a Festa da Flor, dizendo mesmo que seria uma imbecilidade fazê-lo, já que seria negar o óbvio, antes era contra a forma como o Voto foi apresentado, na sua opinião desconexa, jamais quanto ao Louvor em si. -----

Já em cumprimento do ponto dois da ordem do dia, relativo à apreciação, discussão e votação da proposta do Executivo nº 20/2016, sobre o Regulamento e Tabela de Taxas da Freguesia, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para explanação prévia do seu conteúdo. Antes de iniciar tal apresentação, o Sr. Presidente do Executivo solicitou a distribuição de cópia da ata do Executivo que aprovou a proposta ali apresentada, justificando o seu não envio em momento anterior por se ter operado a transição do Livro de Atas do Executivo para formato digital, encerrando o Livro manual existente, iniciando assim um novo ciclo, mais atual, com o Livro de Atas eletrónico. Nesse contexto aproveitou para disponibilizar aquele Livro de Atas à Assembleia, sempre disponível mas naquele momento presente na sala, para quem pretendesse consultá-lo. Sobre o Regulamento e Tabela de Taxas da Freguesia disse que o Executivo decidiu este ano não fazer qualquer alteração, por estarem a trabalhar num conjunto alargado de situações com direta implicação naquele documento, procurando corrigir algumas assimetrias e incongruências, quer no próprio documento, algumas desde sempre existentes, quer face à realidade, quer ainda tendo presente realidade e taxas praticadas nas Freguesias vizinhas, para os mesmos atos. Referiu, a título de exemplo, que deve ficar regulamentada, e registada, quando a Junta vende uma campa, em qualquer dos cemitérios da Freguesia, toda a responsabilidade inerente a esse espaço, mormente a obrigatoriedade de limpeza pelos seus novos proprietários, em termos condizentes com o local, não tendo que ser a Junta, ou outros, a fazê-lo. Disse que iriam preparar nova proposta de

Regulamento, deixando para futura consideração dos próximos elementos, do Executivo e se este assim também entendesse da Assembleia, atendendo a que as próximas eleições se iriam realizar antes do final do ano seguinte, e portanto antes de novo período de apreciação de tal documentação. Mais referiu posicionarem-se diferentemente da prática de anteriores Executivos, que não pretendia ali colocar em causa, mas que consideram errada, porquanto apenas era discutido o Regulamento e a Tabela de Taxas anexa no início do mandato, vigorando até final do mesmo, afirmando que o seu Executivo cumpre a Lei vigente, revisitando anualmente tais escritos, sendo presentes à Assembleia de Freguesia para aprovação, mesmo não havendo qualquer alteração, como no caso presente. -----

O Sr. Presidente da Mesa passou a palavra à Assembleia e não se tendo verificado qualquer intervenção, sujeitou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

O Presidente da mesa deu início ao ponto número três da ordem do dia, referente à apresentação, apreciação e votação da proposta do Executivo nº 21/2016, relativa à 2ª revisão orçamental ao orçamento de 2016, tendo passado a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para a sua explanação. -----

O Sr. Presidente do Executivo disse tratar-se de uma pequena revisão orçamental, que decorre do normal funcionamento das instituições, especificando em concreto tratar-se do assunto já daquela Assembleia conhecido, relacionado com a transferência pendente da propriedade do espaço da Junta de Freguesia para a posse desta, e da correspondente compensação financeira negociada e associada a esta. Mais informou saber estar na fase final o registo de propriedade horizontal necessário à efetiva divisão de espaço, e que, por não ser possível fechar o processo ainda naquele ano, se tornou necessário proceder aos ajustes orçamentais dos orçamentos da Câmara Municipal, que já foi feito, e da Junta de Freguesia, ali em discussão naquele momento, mantendo assim a integridade orçamental necessária entre os dois. -----

Não tendo havido qualquer manifestação de interesse da Assembleia de Freguesia para se pronunciar sobre o assunto, foi o ponto colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com a abstenção do Sr. Rui Barroco. -----

O Sr. Presidente da mesa avançou com os trabalhos, passando ao ponto nº4 da ordem do dia, relativo à apresentação, apreciação e discussão do Plano de Atividades e Orçamento, do Plano Plurianual de Investimento e do Mapa de Pessoal para 2017, tendo para isso passado a palavra ao Sr. Presidente do Executivo. -----

O Sr. Presidente do Executivo, referindo ser bem conhecedor da documentação apresentada e da matéria subjacente, solicitou que o ponto fosse apresentado pela colega do Executivo, Sr^a Licínia Caldeira, atentos nos seus conhecimentos especializados da matéria, acima dos seus próprios. A Tesoureira do Executivo fez uma apresentação global da informação, referindo em particular o processo de conclusão da sinalética na Freguesia, o arranjo dos cemitérios, o

mercado, a recuperação ambiental do Parque da Seara, a construção do Museu ao ar livre, a construir no Parque do Vieiro, recuperando ideia antiga, a continuidade das Feiras e Feirinhas, as Festas da Vila e da Flor e o aprofundamento da geminação em curso com Oia. Mais referiu prever o orçamento uma receita geral de 270.023€ e uma despesa geral corrente de 231.110€, entre outros números inscritos no orçamento com significado técnico preciso. Referiu também, por outro lado, que a Junta de Freguesia irá manter em 2017 o seu sistema de contabilidade baseado no plano oficial de contabilidade das autarquias locais, POCAL, ao invés do previsto e que lhes tinha sido comunicado, e que, atendendo a recente decisão do Conselho de Ministros, passaria a Junta, como a restante Administração Pública, a utilizar em 2018, a partir de 01 de Janeiro, o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, SNC-AP. Informou ainda que tão depressa o sistema informático da Junta de Freguesia estivesse ativo com o novo SNC, se encarregariam de operacionalizar a inserção do atual orçamento nessa lógica e o trariam de novo àquela Assembleia, para tomada de conhecimento e também para sua adaptação a essa nova linguagem contabilística, necessária futuramente, mas também importante para estabelecer os necessários graus de comparabilidade e compatibilidade no início do próximo ano. Realçou também os princípios norteadores do trabalho daquele Executivo, realçando a rigorosa gestão e transparência no uso dos dinheiros públicos. -----

O Sr. Presidente do Executivo, em complemento e acentuando, referiu que a atual sessão da Assembleia de Freguesia, embora ainda realizada em tempo regular, acabou por se atrasar exatamente devido à existência de dúvidas sobre a entrada, ou não, do SNC-AP, que até há pouco estava previsto entrar em 01 de Janeiro de 2017, o que levaria à entrega dos documentos ali em discussão em formato diferente, mas para que tal acontecesse faltava ainda muita informação técnico-contabilística e de ajuste de software, mas que, como disse a colega Licínia Caldeira, tão depressa fosse possível, entregariam à Assembleia a documentação nesse novo formato. Terminou por deixar o assunto à consideração da Assembleia e se disponibilizar, e ao seu Executivo, para responder às questões que a mesma pretendesse ver satisfeitas. -----

O Sr. Presidente da Assembleia deixou o assunto à discussão da Assembleia, tendo o Sr. Amílcar Pereira solicitado a palavra, e referido a sua compreensão para as questões de ordem técnica e temporal aludidas, mas também afirmando que, no seu entendimento, tal orçamento feria a conhecida máxima de *fazer mais com menos*, porquanto se propõe *fazer mais com mais*, ainda que pouco mais, e acentuando, a seu ver, que nos tempos correntes se revela cada vez mais importante racionalizar os investimentos e os meios disponíveis. Mais disse, gostaria de ver naqueles planos, para além das verbas necessárias ao bom funcionamento da Junta nas suas funções habituais, a orçamentação e planeamento de algumas verbas e atividades de apoio aos investimentos que a Câmara Municipal pudesse ter previstos e planeados para a Freguesia, investimentos esses já por si diversas vezes solicitados naquela e noutras sedes, mesmo

implorados, e que, julga, a Freguesia bem merece, como é o caso do pavilhão gimnodesportivo, de uma piscina coberta, para além da existente, bem justificada pela dimensão da Freguesia. Afirmou que a sua intervenção não pretende ser uma crítica, antes uma lembrança, ou uma sugestão, para que se continuem a fazer os necessários esforços junto da edilidade, em vista a melhoria das condições de todos, da Freguesia, colocando-se ao lado de quem assim se viesse a posicionar. Disse ainda pretender chamar à atenção, porventura menos bem contextualizada naquele momento, para a necessidade de a Junta ter de acompanhar os desenvolvimentos em curso sobre as obras de requalificação da estrada entre a rotunda dos Carris e a linha do caminho de ferro, procurando evitar erros que verificou estarem para acontecer, até apresentados em reuniões públicas a que não pode estar presente, que terão de ser corrigidos, apontando como exemplo o do projeto inicial não contemplar, sequer, num dos lados da rua, um passeio, por pequeno que fosse, representando a seu ver uma vergonha se tal intervenção assim se viesse a concretizar. O projeto tinha apenas prevista uma valeta, disse, insistindo que se fosse para fazer o que já existe não valeria a pena gastar dinheiro, de todos nós. Esclareceu não ter estado presente naquelas reuniões por razões profissionais e porque foi apenas convocado com 48 horas de antecedência, não tendo tido oportunidade de organizar a sua vida diferentemente. Terminou desejando que tal intervenção estivesse a ser corrigida, porque de acordo com o que Lhe foi dito, foi naquela altura reportado. -----

Também o Sr. Rui Barroco solicitou intervenção, referindo que a Junta de Freguesia tem ao seu serviço 8 a 10 POC's, mas que não verifica grandes alterações em Oiã, continuando a seu ver uma Vila muito suja, e que se efetivamente aquele numero de trabalhadores está ao serviço, tendo-Lhe já sido garantido que sim, na manutenção de caminhos rurais, que entende deveriam melhor ser orientados na suas intervenções, de forma a tornar Oiã mais apelativa, o que, insistiu, Lhe parece não estar a acontecer, apesar de tais recursos. Por outro lado, disse, a ambição referida no Plano de Atividades com a sinalética, os cemitérios e o intercâmbio escolar, Lhe parecem traduzir uma visão reduzida para a Freguesia, aquela com mais pessoas no Concelho de Oliveira do Bairro, questionando se não estaria na hora de lançar novos projetos, novas propostas diferenciadoras, para além das referidas, mesmo apesar, reconhece, do reduzido orçamento. -----

Não havendo outras intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para, querendo, pudesse dar resposta às questões suscitadas. -----

O Sr. Presidente da Junta disse que se estava ali a apresentar o Plano de Atividades e Orçamento da Junta de Freguesia de Oiã, não o da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, tendo aquele já sido apresentado em Assembleia Municipal, e ali aprovado, no passado mês de Novembro. Disse ser conhecedor daquele instrumento Municipal, bem como da restante informação que o acompanha, no qual está previsto um Ginásio/Pavilhão para Oiã, mas não uma Piscina, a qual

foi frontalmente negada pelo Sr. Presidente da Câmara, mas pela qual se irá continuar a bater, a bem de Oiã; por essa e por outras infraestruturas, como é do conhecimento daquela Assembleia, em caderno reivindicativo marcado por 27 pontos, de necessidades verificadas na Freguesia, ali discutidas, mas também com o Sr. Presidente da edilidade, à qual aquele convocou técnico municipal, dando-lhe instruções para acrescentar um variado número das situações apresentadas ao Plano de Atividades e Orçamento municipais. Disse também, posteriormente, ter verificado a existência de alguns desses pontos em tais documentos, uns diretamente discriminados, outros diluídos em atividades transversais. Muita embora prefira ver as obras a avançar, disse, tem a promessa municipal de que a ligação do Cruzeiro às instalações da Junta, bem como a própria requalificação da cave da Praça do Cruzeiro serão uma realidade em 2017. Disse também saber das preocupações da requalificação da estrada dos Carris referida, e saber que a Câmara Municipal está a tratar do assunto, como julga ser também do conhecimento do próprio Sr. Dr. Amílcar Pereira. Disse ainda ter insistido junto da Câmara para o arranjo do espaço em frente da Junta de Freguesia, esperando que ainda em 2017 seja feito o estudo urbanístico do local, função de algumas propostas também por si apresentadas, como por exemplo a criação de um parque de *Skates*. Também se referiu aos baixos custos com pessoal da Junta de Freguesia, apesar do número de trabalhadores em plano ocupacional, razão porque sobra mais dinheiro para outras realizações, em resposta à questão do Sr. Amílcar Pereira, sobre fazer mais com menos, ou com mais; sendo a Freguesia grande tudo parece pouco, disse ainda, lembrando que na semana anterior o centro da Vila de Oiã foi integralmente limpo pelo pessoal da Junta, já respondendo ao Sr. Rui Barroco. Apesar disso, disse, está a ser bastante difícil conseguir manter o número de trabalhadores POC, sobretudo com alguns conhecimentos especializados de Pedreiro, apesar da escassez de obras em curso na região. Também se referiu a alguns outros trabalhos de limpeza de espaços públicos que não são vistos nem percebidos pela população em geral, ocupando muito tempo e recursos da Junta, nomeadamente as senhoras contratadas em POC, de novo acentuando os vários pedidos sem resposta para mais trabalhadores POC para a Freguesia. Acrescentou terem feito uma candidatura, aprovada, para um novo elemento administrativo, que já se encontra em funções, estando a revelar-se uma ótima trabalhadora. Sobre a referência do membro Rui Barroco a uma necessária visão mais abrangente sublinhou ser essa uma das suas principais características, mas que por muito abrangente que fosse, sempre se tem de resignar ao facto de não ter uma mochila recheada, terminando por dizer que está, sempre, como sempre esteve, disponível para quem tivesse boas e novas ideias. -----

O Sr. Rui Barroco pediu uma clarificação da sua intervenção, dizendo ter a consciência do reduzido orçamento da Junta de Freguesia, por eventual culpa da Câmara Municipal, ou da Junta, ou das duas, mas que apesar disso o Executivo deveria pensar além das suas obrigações normais, de funcionamento geral, de manutenção, de limpeza de cemitérios e outros espaços,

podendo mesmo fazê-las inseridas noutros projetos, mesmo com candidaturas a financiamento, em associação com a Câmara Municipal, com associações, empresários locais, etc ..., evitando o que Lhe parece estar a acontecer com a saída de habitantes de Oiã, desde miúdos para praticar desportos que aqui não existem, aos seus pais que acabam por fazer fora daqui parte importante da sua vida social, que os pode arrastar, deixando Oiã mais pobre, como se de uma Vila dormitório se tratasse. -----

O Sr. Presidente da Junta pediu para responder ao Sr. Rui Barroco e reafirmou a sua disponibilidade para, com ele ou com quem pretenda, avaliar quaisquer novos projetos que pretendam propor ou promover, presentes as circunstâncias gerais em que a Junta exerce a sua atividade. Sonhar, sempre, disse ainda, pois também é grande sonhador; concretizar é que é difícil. Apesar disso, disse, Oiã está cheia de novos projetos, como é o caso do Presépio e da Árvore de Natal, que nunca existiram, ou da Festa da Flor, ou das Feiras e Feirinhas, para não mencionar outras mais. Difícil e triste é perceber que não existe participação em muitas dessas organizações. Difícil é consumir recursos, financeiros e pessoais, e verificar que apenas aparece uma ou duas pessoas, como no caso das feiras, insistiu, referindo-se ainda à situação do anfiteatro da junta: quando não existia era clamado; agora que existe, e funciona, apresentando vasta e diferenciada programação, são muitas as vezes em que o mesmo fica praticamente vazio, não, ou raramente, se encontrando ali aqueles que clamaram, e clamam, a sua existência e funcionamento. Terminou a sua intervenção dizendo que, mesmo assim, jamais desistiria, nem ele nem a sua equipa, até ao último dia dos seus mandatos, de sonhar e lutar pela Freguesia de Oiã. -----

Não havendo outras intervenções o Presidente da Mesa colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com a abstenção das bancadas do PSD e do PS. -----

O Presidente da Assembleia deu continuidade aos trabalhos, colocando à apreciação, discussão e votação o ponto nº 5 da ordem do dia, correspondente à proposta nº 25/2016 do Executivo, por sua vez relativa à abertura de dois concursos para trabalhadores da Junta de Freguesia, um para um lugar de Assistente Técnico na área Administrativa e outro para um Assistente Operacional, para trabalhos externos, tendo passado a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para apresentação do ponto. -----

O Sr. Presidente da Junta disse, relativamente ao caso do Assistente Técnico, que já por várias vezes aquele assunto tinha ali sido debatido, parecendo-lhe ter sempre havido concordância da Assembleia relativamente à necessidade de se colocar outra pessoa nos serviços administrativos da Junta. Mais justificou tal necessidade por saber, agora até com maior conhecimento, enquanto membro do Conselho Geral da ANAFRE, que se preparam maiores transferências de responsabilidades do Governo Central para as Autarquias, em particular para as Freguesias, parecendo ser o momento certo para se contratar outra pessoa, começando a sua preparação

técnica específica. Por outro lado, relativamente ao caso do Assistente Operacional disse ser necessária a existência de uma pessoa que garanta o funcionamento das equipas de trabalho externo, POC's ou outras, para além deles próprios, Presidente da Junta ou qualquer dos restantes elementos do Executivo, seja este ou outro, diariamente empenhados e ocupados nessas tarefas, quando deveriam estar mais livres para trabalhar noutras frentes de planeamento e representação, projetando Oiã no presente e no futuro. Ao invés de passar 3 ou 4 vezes por dia pelas obras em curso, acompanhando-as ou mesmo levando materiais, o Presidente, este ou outro, ou um elemento do seu Executivo, poderá passar apenas uma vez, libertando significativa parte do seu tempo para outras atividades, e mantendo a garantia e a qualidade dos trabalhos realizados. É também, a seu ver, disse, para além da necessidade, uma forma de preparar a Junta de Freguesia de Oiã para um futuro diferente, de maior dinamismo, preparando as equipas de trabalho da Junta de Freguesia de Oiã, quer na área administrativa quer na componente externa, de forma a assegurar as necessidades que hoje se anteveem. Terminou a sua intervenção dizendo esperar que a Assembleia aprovasse tal proposta, por a entender essencial ao funcionamento da Junta, no presente e no futuro. -----

O Sr. Presidente da mesa passou a palavra à Assembleia, tendo sido solicitada a palavra pelo Sr. Amílcar Pereira, que referiu saber existirem Juntas de Freguesia de menor dimensão que a de Oiã, mas com maior número de trabalhadores, e com custos de pessoal bastante superiores, dizendo mesmo ser essa a regra. Disse ainda que quer o atual quer os anteriores Executivos, com esforço, têm suportado muito trabalho, e com esse esforço tem poupado muito dinheiro à Freguesia, mas que, por outro lado, também entende ser necessário dar outra satisfação às necessidades dos fregueses. Não podia esquecer no entanto, disse, que em 2007 foi apresentada uma proposta semelhante pelo executivo da altura, e que nessa época alguém dizia que se estava ali a *construir um fato à medida de alguém*. Não era, nem é, essa a sua opinião, referiu, reconhecendo também a necessidade apresentada, reforçando a sua opinião com dizeres de pessoa amiga: *nem todas as coisas novas são boas, como nem todas as coisas velhas são más*, e terminou a dizer que a bancada do PSD iria votar favoravelmente a proposta, que Lhes parecia justificada. -----

Não havendo outras intervenções, foi o ponto colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

O Sr. Presidente da Mesa avançou para o ponto nº 6 da ordem do dia, relativo à atribuição do subsídio às associações da freguesia no ano de 2016 – restantes fases de atribuição, conforme proposta do Executivo, para tomada de conhecimento, e deu a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para a necessária explicação. -----

O Sr. Presidente da Junta disse terem aparecido, mais tardiamente, alguns planos de atividade e documentação de suporte de associações ainda não contempladas anteriormente, e que o

Executivo entendeu por bem considera-las, razão porque trazia ali aquela informação. Disse que o Executivo entendeu que, mesmo função do trabalho que vem sendo desenvolvido com as associações, se deve contemplar com um subsídio as que vão demonstrando atividade. Lamentou, no entanto, o facto de algumas associações não cumprirem com os prazos estabelecidos para a entrega da documentação regulamentar sendo que, informou, das 27 associações da Freguesia apenas 17 receberam subsídio, tendo 10 ficado de fora por não terem cumprido as regras. Dessas 10, talvez metade não estejam ativas, mas as restantes, que estão em atividade, devem precaver prazos para a entrega da necessária documentação e informação, nem que para isso seja necessário alterar os seus estatutos, pois pode acontecer que os períodos estatutários sejam diferentes dos do Regulamento da Freguesia, tal como já aconteceu a várias IPSS na sua relação com a Segurança Social. Disse ser necessário tornarmo-nos mais exigentes, até porque muitas das Associações elas próprias também já estão mais exigentes. Insistiu que deve ser feito um esforço no cumprimento das regras, com a entrega da necessária documentação, e que a mesma deve ser clara e objetiva, pois verifica, mesmo nalguma que Lhes chegou, serem de difícil compreensão algumas das situações apresentadas, que se vistas a fundo poderiam ter diferente tratamento. Terminou reforçando que se trata apenas de um ponto para tomada de conhecimento, e que a Associação em falta e agora contemplada era a ACO. -----

Presente tratar-se de um ponto para tomada de conhecimento, o Sr. Presidente da Mesa passou a palavra à Assembleia, tendo o membro Sr. Alexandre Oliveira solicitado intervenção. Começou por referir que nem sequer comentaria a última afirmação do Sr. Presidente da Junta, questionando-o se seriam espectáveis mais fases para atribuição de subsídios, ou se relativamente a 2016 se terminaria ali, porquanto o texto da proposta não é claro, ao referir restantes fases. Mais disse parecer-Lhe importante que a informação apresentada refletisse os valores atribuídos nas fases anteriores, por fase, para além da súmula apresentada. -----

Em resposta, o Sr. Presidente da Junta disse não haver mais fases, parecendo-Lhe o documento apresentado suficientemente claro e esclarecedor. Referindo-se à primeira alegação do Sr. Alexandre Oliveira, na qual indicou não ter gostado da sua última intervenção, disse saber que a verdade, por vezes, dói, mas que defendia a verdade, reafirmando que existem Associações que se deveriam preocupar mais a fazer as coisas, e bem feitas. -----

O Sr. Alexandre Oliveira pretendeu clarificar a sua intervenção, dizendo que se referiu à expressão “se fosse ver a fundo”, quando o Sr. Presidente da Junta se referia à qualidade da documentação apresentada, afirmando que a seu ver, ou se faz ou não se faz, e que, como já antes discutido naquela Assembleia, independentemente do cumprimento das regras e da qualidade da documentação entregue, o que deveria importar para a atribuição do subsídio era se as associações tinham, ou não tinham, atividade, insistindo que foi nesse contexto que não

Lhe pareceu bem a expressão usada pelo Sr. Presidente do Executivo, parecendo colocar em causa tudo o que já tinha sido ali discutido.-----

Também o Sr. Rui Barroco pretendeu usar da palavra, e referiu, dando razão ao Sr. Alexandre Oliveira, que para si mais grave é atribuir-se subsídios a Associações que nem uma atividade realizam durante o ano, deixando aquele Executivo, em Outubro, uma batata quente para o seguinte. Também apontou duas Freguesias próximas, a Palhaça com duas Associações, e Barrô, locais onde disse as coisas funcionam bem, e as Associações apresentam muita atividade, culminando a afirmar que Lhe parece muito errado haver Associações que apenas esperam os subsídios e não realizam atividades, devendo por isso haver maior escrutínio. Já relativamente às IPSS disse deveriam ser mais apoiadas.-----

O Sr. Presidente da Assembleia, antes de passar a palavra ao Sr. Presidente do Executivo, disse compreender tudo o que antes foi dito, embora a seu ver fosse importante todos terem presente, por um lado a necessidade de sustentar decisões de distribuição de dinheiros públicos, sob a forma de subsídios, e por outro que as Associações são, sempre e no fim, pessoas; são pessoas que compõem direções, disse, realçando que num momento está uma direção no comando e noutro momento estará outra, e que se por qualquer acaso uma direção pode estar menos bem nas suas funções, a atribuição de um subsídio, mínimo, de manutenção, pode significar a vida ou a morte daquela Associação, não estando certo se será essa a vontade daquela Assembleia, nas manifestações até ali produzidas. -----

Por seu turno, o Sr. Presidente do Executivo disse, procurando responder ao Sr. Rui Barroco, que a Palhaça tem bem mais de duas Associações, contabilizando, para além da ADREP, a ACUREP que pertence metade à Palhaça e metade a Oiã, o Rancho Folclórico, duas IPSS, o Museu S. Pedro e os Escuteiros. Disse ainda saber que o sistema e a organização associativa da Palhaça é diferente da de Oiã, eventualmente fruto da própria organização espacial das Freguesias, e desafiou o Sr. Rui Barroco a dizer qual a Associação de Oiã que conhece e tenha sido subsidiada sem ter realizado qualquer atividade, pois o Executivo acompanha-as a todas de perto, e sabe que, umas mais, outras menos, vão realizando atividades, até porque todas inseridas no projeto de cooperação associativa que o Executivo promove. -----

O Sr. Rui Barroco disse, clarificando a sua posição, que assim sendo, então se deveria melhor organizar as atividades e que, de acordo com a informação entregue, pelo menos 10 associações não receberam subsídio e não entregaram a devida documentação, sendo a isso que se referia, estabelecendo-se desta forma entendimento com o também referido pelo Sr. Presidente da Junta, na medida em que também disse aludir apenas a associações contempladas com a atribuição do subsídio pela Junta. -----

Dando seguimento à reunião em curso, o Sr. Presidente da Mesa que pela ordem normal da convocatória se deveria dar início ao ponto outros assuntos, mas que o Sr. Presidente do

Executivo Lhe solicitou entretanto a possibilidade de inclusão de novo assunto na ordem de trabalhos, esclarecendo tratar-se de um pedido da empresa Barmat, para que pudesse usufruir do domínio *Oia.pt*, informando também que o uso de tal denominação, por conter o nome da localidade, carecia de prévia autorização das entidades gestonárias territoriais, e nesse sentido autoridades, razão porque o Executivo apresenta o assunto à Assembleia de Freguesia, com a mesma urgência que o mesmo Lhe foi trazido. Apresentada a situação, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a votação desta a aceitação, ou não, de inclusão do novo ponto na ordem de trabalhos, tendo sido aceite por unanimidade a sua inclusão, passando assim este novo assunto a constituir o ponto nº 7 da Ordem do Dia, e o ponto outros assuntos a constituir o seu ponto nº 8. Operado tal ajuste, o Sr. Presidente da Mesa cedeu a palavra ao Sr. Presidente da Junta para que este melhor pudesse apresentar a situação e a proposta, tendo este, por seu turno, após ter agradecido à Assembleia a aceitação da inclusão proposta, explicado que os responsáveis da empresa Barmat se Lhe dirigiram recentemente com o assunto, explicando que pretendiam alterar a sua estratégia de comunicação internacional, na qual pretendiam incluir o nome Oia, por entenderem ser melhor percebido, sobretudo no mercado Chinês, onde pretendiam colocar uma nova linha de mobiliário urbano. Ao tentarem fazer o registo, e porque o nome Oia constava no nome do domínio por eles proposto, do tipo Barmat, ou qualquer outra coisa ponto Oia ponto pt, as autoridades responsáveis por tal registo, depois de uma primeira anuência, solicitaram a autorização prévia ali em proposta, dado referirem tratar-se de um domínio geográfico, o qual carecia de autorização especial. A urgência do assunto, disse, prendia-se com a urgente preparação dessa campanha e alteração comunicacional da empresa, que teria de estar pronta a tempo da sua participação numa feira internacional, em França, cerca de três semanas depois. Por seu turno, continuou, face às explicações e entendimento, o Executivo considerou interessante e positivo mais este meio de comunicar Oiã, levando a Freguesia, ainda que indiretamente, mais longe, razão porque preparou a proposta agora apresentada à Assembleia. O Sr. Presidente da Mesa passou a palavra à Assembleia, tendo o membro Sr. Amílcar Pereira questionado se, face aos factos, surgisse futuramente outra empresa a solicitar semelhante registo, tal seria possível. O Sr. Presidente do Executivo disse, de acordo com a informação que possuía, que se aquela situação resultasse, como exemplo, *barmat.oia.pt*, posteriormente poderia aparecer outra de igual forma, ficando, por exemplo, *empresa.oia.pt*. -----

O Sr. Alexandre Oliveira disse continuar com dúvidas sobre a matéria, pretendendo esclarecer-se sobre se o que se pretende é registar o domínio considerando o nome da empresa e *oia.pt*, ou se apenas *oia.pt*, registando este último como domínio da empresa, conforme parece resultar da proposta apresentada, mais dizendo que se a empresa registar o domínio *oia.pt* como propriedade sua, ficará dele proprietária, não podendo ser usado por outros, situação que não Lhe parecia correta. -----

O Sr. Presidente da Mesa procurou ajudar ao esclarecimento e à resolução da situação, função da sua perceção do problema, referindo parecer-Lhe que, sendo *oia.pt* um domínio geográfico e pretendendo-se registar um subdomínio desse domínio com o nome da empresa, tal careceria da autorização da Junta ali em discussão, e que se futuramente outra empresa pretende-se o mesmo, tal seria igualmente possível, conquanto igualmente autorizado. Face à persistência das dúvidas, o Sr. Presidente da Mesa propôs a votação de uma autorização condicionada nos termos seguintes: Autorização para o registo do subdomínio que a empresa pretenda usar, debaixo do domínio *oia.pt*, do tipo *empresa.oia.pt*, tendo a Assembleia concordado com o método. Nesses termos foi a proposta colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu início ao ponto nº 8 da ordem do dia, relativo a outros assuntos, não se tendo verificado qualquer intervenção. -----

O Presidente da Mesa deu depois início ao período de intervenção aberto ao público, não se tendo também verificado qualquer intervenção. -----

O Sr. Presidente do Executivo pretendeu ainda usar da palavra para desejar a todos um Bom Ano Novo, aproveitando ainda para entregar aos Senhores membros da Assembleia uma lembrança, igual à que foi distribuída na Festa de Natal dos idosos, procurando assim marcar a época em curso também naquela sede. -----

Nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa deu por encerrada a sessão, tendo o Sr. Presidente da Assembleia desejado a todos um Bom Ano Novo. Da sessão foi elaborada a presente ata, aprovada em minuta na reunião em curso, com a concordância de todos os elementos da Assembleia presentes, sendo assim assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Mesa _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____